

A. I. Nº - 206880.3001/16-9
AUTUADO - SLC AGRÍCOLA S.A. (FAZENDA PANORAMA)
AUTUANTE - EDIMAR NOVAES BORGES
ORIGEM - INFAZ BOM JESUS DA LAPA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 03.05.2017

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0052-04.17

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. TRANSFERÊNCIA DE SALDO CREDOR DE LIVRO ESPECIAL DE APURAÇÃO DO ICMS. Acatada a arguição de decadência para o mês de fevereiro de 2011, haja vista que o Auto de Infração foi lavrado em 29/06/2016, assim, conforme dispõe o art. 150, § 4º do CTN fica extinto o Auto de Infração. **IMPROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/06/2016, exige ICMS no valor de R\$243.183,06, e multa de 60%, em decorrência de utilização indevida de crédito fiscal do ICMS, referente a transferência incorreta de saldo credor do período anterior. Consta na descrição da infração: “Referente à transferência incorreta de saldo credor do período anterior devidamente escriturado no livro Especial de Apuração do ICMS - Crédito Acumulado, conforme Anexo III - Demonstrativo da Transferência Indevida de Saldo Credor do ICMS do período anterior.

O autuado ingressa com defesa, fls. 15 a 18, e após transcrever a infração com seus correspondentes dispositivos legais, em preliminar aponta que ocorreu a decadência em relação à ocorrência de 03/2011, cujo valor apurado não é mais passível de constituição de cobrança, nos termos do art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional.

No mérito, esclarece que o crédito utilizado em transferência do saldo credor no período anterior conforme registrado no Livro Especial de Apuração (em anexo), está acumulado no valor de R\$249.420,02 e no demonstrativo do Anexo II consta evidenciado um valor de R\$6.236,96.

Requer que seja reconhecida a impugnação para que, preliminarmente, decrete a extinção devido à decadência/prescrição da constituição e cobrança do crédito tributário relativo ao período 03/2011 e, no mérito, seja reconhecida a nulidade do Auto de Infração com relação à imputação, face à inexistência de elementos suficientes para determinar a ocorrência da infração, que implicou no cerceamento de defesa, nos termos do art. 18, II e IV, “a”, do RPAF/BA.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 53 a 55, e destaca o art. 173, I do CTN, que deve ser aplicado para a questão do prazo decadencial.

Salienta quanto à "Decadência/Prescrição", objeto da manifestação pelo contribuinte, a existência de diferenças quanto a natureza jurídica tributária em relação às figuras da "Decadência" e da "Prescrição", refletindo deste modo nos procedimentos e consequências advindas.

Pontua que a prescrição e a decadência são situações distintas de extinção do direito à exigibilidade do crédito tributário.

Explica que enquanto a figura jurídica da **prescrição** refere à ação para a cobrança do crédito tributário anteriormente constituído, a **decadência**, refere ao direito da Fazenda Pública em constituir o crédito tributário.

Desta forma, assevera que o objetivo, a discussão neste momento é quanto à decadência, ou seja, o direito ou não da Fazenda Pública em constituir o crédito tributário no decorrer do lapso temporal.

Esclarece que o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), dispõe no seu artigo 173 que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: (Inciso I) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; (Inciso II) da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Desta forma, sustenta que está caracterizado de modo explícito o direito de a Fazenda Pública em constituir o crédito tributário através do lançamento, para o período objeto deste questionamento.

No mérito aponta que o procedimento de auditoria em relação a infração tem como base as informações prestadas pelo contribuinte por meio dos livros fiscais, a exemplo do "Livro de Apuração Especial do ICMS", este destinado a apuração do crédito fiscal acumulado.

Quanto ao mérito da imputação fiscal, refuta que a tese sustentada de que ocorreu falha no levantamento fiscal, especificamente no "Demonstrativo do Anexo II", onde consta o valor de R\$6.236,96, referente ao crédito fiscal do período anterior, diferentemente do apontado no "Livro Especial de Apuração do ICMS", onde supostamente consta o valor de R\$249.420,02. Afirma que não procede tal afirmativa, visto que, conforme apurado e constante no "Livro especial de apuração do ICMS" (fotocópia em anexo), e também conforme fotocópia apresentada pela própria defesa (pag.29), apresenta um "*Saldo Credor do Período Anterior*" no valor de R\$6.218,10.

Desta forma, entende está plenamente caracterizado a infração fiscal atribuída ao contribuinte.

Por fim, solicita a Procedência do Auto de Infração.

VOTO

Em preliminar a sociedade empresária invoca o instituto da decadência, que teria atingido o lançamento tributário relativo ao mês 02/2011, por conta da previsão do art. 150 § 4º do CTN, (Lei nº 5.172/66), haja vista que o Auto de Infração foi lavrado em 29/06/2016.

A PGE – Procuradoria Geral do Estado, por meio da Procuradoria Fiscal manifestou entendimento no Incidente de Uniformização nº PGE 2016.194710-0, de que *“Conta-se o prazo decadencial a partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento no art. 150, § 4º do CTN, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário (entendendo-se como tal as operações ou prestações tributáveis, apura o monte do imposto devido, mas efetua o pagamento em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas”*.

Assim, assiste razão ao contribuinte quanto ao prazo decadencial, no que diz respeito às datas de ocorrência de 02/2011, que está atingido pela decadência, e neste caso, o fisco perdeu o direito de promover o lançamento tributário.

Acatada a preliminar de mérito relativa ao prazo decadencial, improcede a autuação fiscal.

Auto de Infração IMPROCEDENTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206880.3001/16-9**, lavrado contra **SLC AGRÍCOLA S.A. (FAZENDA PANORAMA)**.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 13.537/11, com efeitos a partir de 20/12/11.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de abril de 2017

MÔNICA MARIA ROTERS – PRESIDENTE / EM EXERCÍCIO

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR - JULGADOR